

## ACESSO E DIREITO À SAÚDE NA FRONTEIRA: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO FRONTEIRIÇO DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

No Brasil, o Sistema Único de Saúde garante acesso universal aos serviços de saúde. Este entendimento, não deixa claro qual o posicionamento das políticas públicas, quanto ao acesso e ao direito à saúde para estrangeiros. **Objetivo:** descrever o acesso e o direito de estrangeiros aos serviços de saúde em um município da triplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. **Método:** Estudo de caso único, integrado de abordagem qualitativa, realizado entre março e dezembro de 2017, no município de Tabatinga, Amazonas, Brasil. As fontes de evidências foram: dados documentais, entrevistas e observações diretas. Os dados foram organizados com auxílio do *software* MaxQDA12 e analisados segundo métodos propostos para estudos de caso desta natureza. **Resultados:** Os dados evidenciaram que o acesso de estrangeiros aos serviços de saúde do município estudado se dá de forma gratuita a todos aqueles que procuram por atendimento, independente de qual lado da fronteira este usuário é morador. Os gestores locais declaram que o direito dos estrangeiros, a este tipo de atendimento, está pautado nos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde, do Brasil. **Conclusão:** Compreende-se que a universalidade do sistema de saúde brasileiro subsidia a entrada de estrangeiros no Brasil, com o único propósito de buscar atendimento de saúde. No entanto, o Sistema Único de Saúde é direcionado a brasileiros e estrangeiros em situações de emergências e outras excepcionalidades. Assim, o atendimento de saúde a esta população, por vezes, recai sobre a discricionariedade do gestor local. **Contribuições para a enfermagem:** Profissionais de enfermagem atuam em municípios de fronteiras internacionais, tanto na assistência, quanto na gestão de saúde. Neste contexto, este estudo busca subsidiar estes profissionais para a tomada de decisões sobre ações e políticas públicas de saúde voltadas para populações estrangeiras.

**Descritores:** Acesso aos Serviços de Saúde; Direito à Saúde; Saúde na Fronteira.

### Referências

1. Giovanella L, Almeida PF. Atenção primária integral e sistemas segmentados de saúde na América do Sul. Cad. Saúde Pública [Internet], 2017 [cited 2019 Mar 07]; 33(2):e00118816. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00118816>
2. Schwartz G, Fuga PHD. H. D. O acesso à saúde nas fronteiras do MERCOSUL: Entre as normas e a realidade. Revista Ajuris [Internet], 2015 [cited 2019 Mar 07]; 15(137): 343-64. Available from: <http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/388/322>.
3. Levino ASN, Carvalho EF. Análise comparativa dos sistemas de saúde da tríplice fronteira: Brasil/Colômbia/Peru. Rev Panam Salud Publica [Internet], 2011 [cited 2019 Mar 07]; 30(5):490-500. Available from: <https://scielosp.org/pdf/rpsp/2011.v30n5/490-500/pt>
4. Hahn TM. O direito à saúde dos estrangeiros que necessitam de proteção: a aplicação jurisprudencial na legislação brasileira e na convenção europeia de direitos humanos. Publicações da Escola da AGU [Internet], 2017 [cited 2019 Mar 07]; 9(1):251-80. Available from: <https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/1163>.
5. Silva JÁ, Neto AFO, Mariani MAP. Reflexões sobre o acesso à saúde na fronteira Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO). Revista GeoPantanal [Internet], 2017 [cited 2019 Mar 07]; 12:79-95. Available from: <http://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/410>.